

Estado de Goiás
Polícia Militar
Academia de Polícia Militar
Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais

Reestruturação na Atividade de
Inteligência da PMGO

João Dias Milhomens Junior

Goiânia - 1996

BAPM

**ESTADO DE GOIÁS
POLÍCIA MILITAR
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR - CAO/96**

**REESTRUTURAÇÃO NA ATIVIDADE
DE INTELIGÊNCIA DA PMGO**

*Trabalho técnico profissional
apresentado para efeito de avaliação
final à conclusão do Curso de
Aperfeiçoamento de Oficiais
(CAO/96) da Academia de Polícia
Militar do Estado de Goiás.*

AUTOR: CAP PMGO - JOÃO DIAS MILHOMENS JÚNIOR

ORIENTADOR: CEL PMGO - EURÍPEDES JOSÉ MARQUES

Goiânia, 1996

*Este trabalho, elaborado com
carinho, sacrifício e empenho,
dedico-o à Terezinha, ao Rafael e à
Kamila.*

Se você conhece o inimigo e conhece a si mesmo, não precisa temer os resultados de cem batalhas. Se você conhece a si mesmo, mas não conhece o inimigo, a cada batalha vitoriosa corresponderá uma derrota. Se você não conhece o inimigo nem a si mesmo, você é um tolo e será derrotado em todas as batalhas.

SUN TZU

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
-----------------	---

CAPÍTULO 1

1- HISTÓRICO DO SERVIÇO DE INTELIGÊNCIA EM ALGUNS PAÍSES DA AMÉRICA DO SUL	11
1.1- ARGENTINA.....	11
1.2 - CHILE	14
1.3 - URUGUAI.....	17
1.4 - VENEZUELA.....	19
2 - O SERVIÇO DE INFORMAÇÕES NO BRASIL.....	22

CAPÍTULO 2

3 - INTELIGÊNCIA	26
3.1 - CONSIDERAÇÕES INICIAIS	26
3.2- LINGUAGEM DE INTELIGÊNCIA.....	26
3.2.1 - Conhecimento	27
3.2.2 - Verdade.....	27
3.2.3 - Certeza, Opinião, Dúvida e Ignorância	28
3.2.3.1 - Certeza	28

3.2.3.2 - Opinião.....	29
3.2.3.3 - Dúvida.....	29
3.2.3.4 - Ignorância.....	30
3.2.4 - Idéia, Juízo e Raciocínio.....	30
3.2.4.1 - Idéia	30
3.2.4.2 - Juízo.....	30
3.2.4.3 - Raciocínio	30
3.3 - TIPOS DE CONHECIMENTO	30
3.3.1 - Informe	30
3.3.2 - É o Conhecimento.....	31
3.3.3 - É Resultante de Juízo(s)	31
3.3.4 - É Formulado(s) pelo Profissional de Inteligência.....	31
3.3.5 - É aquele que expressa o seu Estado de Certeza ou de Opinião Frente à Verdade.....	31
3.3.6 - Sobre um Fato ou uma Situação Passados e/ou Presentes	32
3.4 - PEDIDO DE BUSCA.....	32
3.4.1 - Conceito	32
3.4.2 - Texto	32
3.5 - ORDEM DE BUSCA.....	33
3.5.1 - Definição	33
3.5.2 - Texto	33
3.5.3 - Observação	33
3.6 - PRODUÇÃO	34
3.6.1 - Definição	34
3.6.2 - Situações de Produção.....	34
3.7 - METODOLOGIA DE PRODUÇÃO.....	34
3.7.1 - Fase do Planejamento.....	35

3.7.2 - Fase da Reunião.....	39
3.7.3 - Fase da Análise e Síntese.....	41
3.7.4 - Fase da Formalização e Difusão	43
3.7.4.1 - Formalização	43
3.7.4.2 - Difusão.....	43
3.8 - AVALIAÇÃO DE DADOS	44
3.8.1 - Fontes de Dados.....	44
3.8.2 - Ponto de Interesse.....	44
3.8.3 - Técnica de Avaliação de Dados.....	44
3.8.3.1 - Julgamento da Fonte	45
3.8.3.2 - Julgamento de Conteúdo	46
3.8.3.3 - Julgamento da Credibilidade do Dado.....	46

CAPÍTULO 3

4 - CONTRA-INTELIGÊNCIA	48
3.1 - CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	48
4.2 - PROTEÇÃO AO CONHECIMENTO	48
4.2.1 - Segurança do Pessoal	49
4.2.2 - Segurança da Documentação e do Material.....	49
4.2.3 - Segurança das Comunicações	50
4.2.4 - Segurança em Informática.....	51
4.2.5 - Segurança das Áreas	51
4.3 - CONTRA-ESPIONAGEM	52
4.3.1 - Estudo de Organizações Adversas.....	52
4.3.2 - Ligação com Serviços de Inteligência de outras Organizações.....	53
4.3.3 - Controle das Comunicações	53
4.3.4 - Estabelecimento de Rede de Informantes	54

4.3.5 - Infiltração de Agente.....	54
4.3.6 - Recrutamento de Agente Adverso	55
4.3.7 - Desinformação	55
4.4 - CONTRATERRORISMO	55
4.5 - CONTRAPROPAGANDA.....	55

CAPÍTULO 4

5 - UMA NOVA PROPOSTA PARA A MELHORIA

DO SISTEMA	57
5.1 - TRIPÉ DOS SERVIÇOS DE INTELIGÊNCIA.....	57
5.2 - RESISTÊNCIA À MUDANÇA.....	58
5.3 - CICLOS DA RESISTÊNCIA	58
5.4 - CARACTERÍSTICAS DO PROFISSIONAL DE INTELIGÊNCIA	59
5.5 - TÉCNICAS OPERACIONAIS E SEUS RESPECTIVOS CONCEITOS	60
5.5.1 - Recrutamento Operacional.....	60
5.5.2 - Infiltração	61
5.5.3 - Vigilância	61
5.5.4 - Reconhecimento.....	62
5.5.5 - Estória-Cobertura	62
5.5.6 - Entrevista.....	62
5.5.7 - Observação, Memorização e Descrição.....	64
5.5.8 - Retrato Falado.....	64
5.5.9 - Fotografia	65
5.5.10 - Disfarce.....	65
5.5.11 - Comunicação Sigilosa.....	65
5.5.12 - Documentoscopia.....	65

5.5.13 - Datiloscopia.....	65
5.5.14 - Entrada	65
5.5.15 - Eletrônica.....	65
5.5.16 - Cobertura Postal.....	65
5.6 - SERVIÇO DE INTELIGÊNCIA NA PMGO	65
5.6.1 - Sugestões para Apoio da Atividade de Inteligência ao Serviço Operacional.....	67
5.6.2 - Combate ao Crime com o Emprego do Serviço de Inteligência.....	69
CONCLUSÃO.....	71
ANEXO 1	
MODELO DE INFORME.....	74
ANEXO 2	
MODELO PEDIDO DE BUSCA	75
ANEXO 3	
MODELO ORDEM DE BUSCA	76
ANEXO 4	
POLÍCIA LIBERTA FILHA DE EMPRESÁRIO	77
ANEXO 5	
ESTUDANTE LIVRE APÓS PAGAR DOIS RESGATES	79
BIBLIOGRAFIA	80

INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem o propósito de analisar o processo de transição das Informações para Inteligência, com suas causas, conseqüências e perspectivas, dentro da ótica realista, do dia-a-dia na atividade. Gostaríamos de deixar a nossa intensão em apresentar uma análise de como seria melhor encaminhado o serviço de Inteligência da Polícia Militar de Estado de Goiás. Para a realização do presente trabalho tivemos que superar um difícil obstáculo: a pouca disponibilidade de material bibliográfico, por se tratar de um assunto de acesso restrito.

Neste aspecto, buscou-se, ao abordar a ampla questão dessa transição, conhecimentos a respeito do Serviço Nacional de Informações (SNI) a partir da década de 1980, quando esse passou por um processo de autocrítica.

O processo de estruturação do SNI passou por três fases: uma primeira, em 1983/1984, muito tímida; uma segunda, em 1985, que não foi avante, e uma terceira, em 1989, de importância significativa, que resultou no “Projeto SNI”, que apresentaria uma nova visão de Inteligência, redirecionando a atividade e serviria de base para a criação da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE).

No período da abertura política, de 1976 a 1985, vemos o SNI reassumindo seu verdadeiro papel, deixando as distorções políticas de lado. Já na transição democrática ocorreram várias indefinições da atividade,

como: a adoção de mecanismo de controle; a redução da atuação no campo interno; a ampliação da participação no campo externo; a institucionalização do SNI como instrumento de defesa do Estado e o redirecionamento da Escola Nacional de Informações (ESNI).

Um outro aspecto que emerge desta transição são as conseqüências do fato sobre a estrutura organizacional. Toda mudança ou inovação típica gera resistências por parte dos não tomadores de decisão. Vista de uma perspectiva mais ampla, as tendências para alcançar, preservar e retomar o equilíbrio são mais salutares. Essas resistências não são estanques; elas passam por diversos estágios e apresentam características próprias. É importante observar esse aspecto porque está diretamente relacionado ao homem, que é quem dá vida e movimento à estrutura de qualquer organização. Na medida em que suas reações são percebidas e levadas em consideração pelos tomadores de decisão, as resistências a qualquer inovação serão minimizadas, com resultados positivos ao órgão.

Outro fator importante, que leva em consideração a interação do elemento humano na estrutura organizacional, é a sua cultura. Toda organização cria sua própria cultura, com seus tabus, costumes e usos. A manutenção dessa mantém o grupo unido, coeso e com espírito de corpo para enfrentar as dificuldades cotidianas.

Dentro dessa linha de raciocínio, é estudado esse magno tema com vistas à apresentação de sugestões para a melhoria do serviço operacional da Polícia Militar. Esta, sem dúvida, pode melhor utilizar o seu serviço de Inteligência na busca de dados que orientem uma melhor distribuição do serviço operacional nas áreas identificadas como sensíveis, ou seja, onde a incidência de criminalidade é maior e que se agrava a passos largos.

CAPÍTULO 1

1- HISTÓRICO DO SERVIÇO DE INTELIGÊNCIA EM ALGUNS PAÍSES DA AMÉRICA DO SUL

O presente capítulo é dedicado a uma resenha histórica dos serviços de informações da Argentina, Chile, Uruguai, Venezuela e Brasil.

Seu objetivo é oferecer uma noção do que ocorre naqueles e em nosso país, para nos situarmos e verificarmos se o nosso processo é pelo menos viável. Trata-se de uma abordagem importante, uma vez que objetivamos fazer uma proposta realista e de fácil aplicação.

1.1- ARGENTINA

Os primeiros passos dos serviços de informações da ARGENTINA foram dados em 1935, com o surgimento da Coordenação de Informações do Estado-Maior e da Escola de Informações.

Em 13 de julho de 1946, ao assumir a presidência da Nação, Juan Domingo Perón criou o “Controle do Estado”, posteriormente denominado de Coordenação de Informações do Estado (CIDE).

Em 1948, a CIDE foi transformada no Serviço de Informações do Estado (SIDE), destacando-se o uso do artigo masculino, “El Side”.

Em 05 de julho de 1954, o SIDE foi elevado à categoria de Secretaria de Estado, sob a denominação de Secretaria de Informações do Estado (SIDE), adotando o artigo feminino (La SIDE).

Em 20 de janeiro de 1956, durante o Governo de Pedro Augênio Aramburu, a SIDE incorporou outros organismos de informações então existentes, passando a ter maiores responsabilidades.

Em 13 de maio de 1963, pelo Decreto-lei nº 4.500, a SIDE foi novamente reestruturada, constituindo-se em um organismo técnico, voltado para as atividades de informações, visando à segurança da Nação, e para “la assín contra el comunismo”, não tendo atribuições policiais ou repressivas.

Em outubro de 1966, a Lei nº 16.970 - Lei de Defesa Nacional - criou a Central Nacional de Inteligência (CNI) e definiu a composição do Sistema de Segurança de Informações da ARGENTINA, subordinando-o diretamente ao Presidente da República (Lei Revogada, de direito, mas não de fato, pela Lei de Defesa de 14 de abril de 1988).

Em fevereiro de 1973 (governo Lanusse), a Lei nº 20.194 - também revogada, da mesma forma como acima comentou-se - procurou definir o artigo 25 da Lei nº 16.970/66, estabelecendo que a CNI seria integrada pelos órgãos de inteligência do Estado, pelas Forças Armadas, pela Polícia Federal e seria dirigida por um oficial superior das Forças Armadas, com o “status” de Secretário de Estado.

Em maio de 1976 (governo Videla), pelo Decreto 416 foi alterada a denominação da Secretaria de Informações do Estado para Secretaria de Inteligência do Estado, mantendo-se a mesma sigla, SIDE, que permanece até hoje.

No período de 1976 a 1983, notadamente na década de 70, o funcionamento da Estrutura de Informações foi norteado pela doutrina da Segurança Nacional. Foi o período de combate ao terrorismo, à guerrilha e à subversão, no que se destacaram os organismos de informações das Forças

Armadas, em particular o Exército, e os da Polícia Federal, todos com elevado grau de operacionalidade dentro e fora do país.

Em 14 de abril de 1988 (governo Alfonsín), passa a vigorar a nova Lei de Defesa, que cria o Conselho de Defesa Nacional (CDN), órgão máximo do Sistema de Defesa Nacional, diretamente subordinado ao Presidente da República. Do CDN, prevê a nova lei, faz parte o “responsável do organismo de maior nível de inteligência” (art. 15), isto é, o Chefe da CNI.

Convém ressaltar que essa Lei de 14 de abril de 1988 foi uma tentativa de institucionalização da orientação alfonsinista da Inteligência, pois consubstancia a implantação da idéia de Defesa Nacional em substituição à antiga doutrina de Segurança Nacional.

Sem prejuízo de outras funções, o CDN recebeu, nessa Lei, como função transitória, o dever de complementar, em prazo não maior do que 365 dias, isto é, até abril de 1989, a elaboração de anteprojeto-de-leis, a serem levados à consideração do Poder Executivo. Entre esses anteprojeto, deveriam incluir-se a “Lei Orgânica de Produção de Defesa”, a “Lei sobre o Sistema Nacional de Informação de Inteligência”, que normatiza o controle parlamentar, e a “Lei de Segredo do Estado”.

A CNI é o órgão central do Sistema de Informações argentino e o de mais alto nível para a produção de Informações Nacionais. Não é órgão de execução. Deve formular e planejar a execução da política de informações do Estado, sendo considerada um órgão de assessoramento do Governo. Sua missão está vinculada à produção de informações estratégicas, cabendo-lhe elaborar e manter atualizada a “Apreciação Geral de Inteligência Nacional”(AGIEN), nos campos interno e externo.

A SIDE é o órgão ao qual compete desenvolver as atividades de Informações (execução, análise e operações) no mais alto escalão do

Poder Executivo. Funciona junto à Presidência, cabendo-lhe a responsabilidade de elaborar o “Plano Geral de Informações” da Nação. Está organizada em Subsecretarias que, no seu conjunto, engloba todas as informações de interesse nacional.

Coerente com a proposta política do seu partido, a União Cívica Radical (UCR), o Presidente Alfonsim, ao assumir o Governo, em dezembro 1983, determinou uma total reformulação da SIDE, dentro das seguintes premissas:

- prevalência do conceito de Defesa Nacional sobre o de Segurança Nacional;
- democratização da atividade de informações (A SIDE de portas abertas);
- doutrina de informações compatível com o Estado de Direito.

A Secretaria de Inteligência do Estado (SIDE) é composta de 04(quatro) Subsecretarias:

Subsecretaria “A”, chamada de subsecretaria do Interior, recolhe e processa dados sobre a área política, universitária, econômica e terrorista;

Subsecretaria “B”, responsável pela inteligência exterior, controla a rede de informantes e agentes que viajam ou estão estabelecidos nas grandes capitais do mundo;

Subsecretaria “C”, logística, presta apoio às Subsecretarias do interior e exterior;

Subsecretaria “D”, comunicações, mantém as ligações com os meios de comunicação do País. Ocupa-se, também, da Ação Psicológica.

1.2 - CHILE

A partir de 1960, a atividade de Informações, no âmbito do governo, passou a ser realizada através do Conselho de Segurança Nacional

(CONSUSENA). Criado através do Decreto Lei nº 181/60, e regulamentado pelo Decreto nº 261, de 15 de novembro de 1960, é integrado pelos Ministros da Defesa, das Relações Exteriores, da Economia e Fazenda, pelo Comandante-em-Chefe do Exército, da Armada, da Força Aérea, pelo Chefe do Estado-Maior da Defesa e pelos Diretores Gerais de Carabineiros e de Investigações.

O CONSUSENA compreendia três órgãos:

- Direção de Informações do Estado (DIE);
- Direção-Geral de Investigações (DGI);
- Direção-Geral de Carabineiros (DGC), que constituíam a cúpula estrutural de Informações.

Com o advento do Governo Allende e a conseqüente intervenção das Forças Armadas, em 1973, os militares assumiram todos os setores governamentais, e a Junta Militar resolveu modificar a estrutura de informações, criando um órgão coordenador de todas as atividades do setor. Esse organismo recebeu o nome de Direção de Inteligência Nacional - DINA, ficando subordinada diretamente à Junta de Governo com a missão de centralizar todas as informações provenientes dos diferentes campos do poder, visando à planificar as medidas relacionadas com a Segurança Nacional e o desenvolvimento do país, e encarregada das ações de combate à subversão e as extremismo de esquerda.

Atualmente, o Chile possui os seguintes órgãos de Informações e Segurança:

- Direção de Inteligência, do Estado-Maior do Ministério da Defesa;
- Direção de Inteligência do Exército (DINE);
- Direção de Inteligência da Força Aérea (DIFA);
- Serviço de Inteligência Naval (SERVINAL);

- Direção de Informações e Comunicações, da Direção Geral de Carabineiros;
- Divisões de Informações dos Ministérios Cívicos;
- Direção de Investigações;
- Central Nacional de Informações (CNI) - Órgão principal do sistema.

A Central Nacional de Informações preocupa-se, essencialmente, com a situação interna, atuando contra alvos que representem ameaça para a Segurança Nacional.

A CNI mantém representantes, sob cobertura diplomática ou oficial, em Embaixadas chilenas na América Latina, os quais são encarregados da ligação com os Serviços de Informações amigos, visando à troca de informações.

Em 1979 e em 1984 foram comunicadas reestruturações internas na CNI, com a declarada intenção de reduzir a sua participação nas operações policiais de contra-subversão, propiciando uma dedicação maior à atividade de órgão central do Sistema de Informações. Essa reestruturação não chegou a ser efetivada e já ocorreram casos de interferência mútua entre a CNI e Carabineiros (Polícia Militar).

Mais recentemente, dentro do processo de redemocratização, e preocupado, uma vez mais, com a imagem externa, o Governo reduziu o espectro de atuação da CNI. Assim, em junho de 1987 foi promulgada a Lei nº 18.623, que eliminou os Centros de Detenções que a CNI mantinha em todo território nacional, suprimindo, dessa forma, a prerrogativa que tinham os agentes desse Órgão de manter presas, naqueles recintos, as pessoas detidas. Essa Lei, contudo, não suprimiu da CNI a faculdade de prender, que continuou vigente, obrigando, entretanto, seus agentes a fazê-lo somente em cumprimento à ordem judicial ou decreto correspondente, devendo entregar

os presos às delegacias da Polícia de Investigações (Polícia Civil) ou de Carabineiros (Polícia Militar).

1.3 - URUGUAI

O Serviço de Informações de Defesa (SID) foi criado em 1.946, subordinado à Inspeção-Geral do Exército, com a finalidade de acompanhar as atividades do Partido Comunista do Uruguai.

Em 1965, com a mesma denominação, é elevado ao nível de Ministério. Era um órgão de assessoramento da Junta de Comandantes das Forças Armadas. Atuava, principalmente, no campo interno e era basicamente um serviço de informações militar.

Através do Decreto de 06 de novembro de 1984, o Conselho de Segurança Nacional do Uruguai decidiu que o SID, que então se encontrava vinculado ao Ministério da Defesa, passaria para a esfera da Junta e Comandantes-em-Chefe e chamar-se-ia, a partir daquele momento, Serviço de Informações de Las Fuerzas Armadas (SIFA). Tal medida foi adotada visando resguardar aquele órgão de informações da influência do futuro ministro da defesa, provavelmente, um organismo civil, face à mudança de governo no Uruguai.

O SIFA seria um órgão militar dentro das estrutura de defesa e segurança nacional, a ele já teria sido atribuído responsabilidades específicas no campo da inteligência e segurança, de interesse das Forças Armadas uruguaias. O SIFA Seria chefiado por um Oficial General da ativa.

Através da Lei nº 15.848, de 22 de dezembro de 1.986, o SIFA passou a denominar-se DIREÇÃO-GERAL DE INFORMAÇÕES DE DEFESA (DGID), subordinada ao Ministério da Defesa Nacional, que têm por objetivo elaborar informações no mais alto nível mediante a coordenação e o planejamento de todas as atividades de informação e Contra-Informação que desenvolvam os diversos órgãos militares

especializados existentes. A direção da DGID será ocupada por um Oficial-General ou Oficial Superior, com a alternância das três forças na direção da organização, pelo período de 02 (dois) anos cada uma.

Dentro de sua estrutura organizacional, a Direção-Geral do DGID é composta pelo Diretor-Geral, ao qual estão subordinados um Estado-Maior Pessoal, a Ajudância e o Secretário-Geral. Possui 03 (três) Vice-Diretorias estruturadas da seguinte maneira:

a) 1º Vice-Diretoria

DEPARTAMENTO I (Interior)

- realiza a coleta e o processamento dos informes;
- difunde as informações internas em coordenação com a equipe de analistas;
- opera o arquivo de documentos, o arquivo biográfico, a seção de microfilmagem e o Centro de Processamento de dados.

DEPARTAMENTO III (Operações)

- proporciona os dados necessários para a elaboração das informações relacionadas com o potencial nacional e as interferências internas que impliquem em segurança nacional;
- coordena a busca de informes com a equipe de analistas;
- recruta e dirige os agentes nas atividades de informações e contra-informações;
- estabelece ligação com diferentes agências para a obtenção de informes.

DEPARTAMENTO VI (Ação Psicológica)

b) 2º Vice-Diretoria

DEPARTAMENTO II (Exterior)

- coleta e processa os informes relativos ao campo externo e aqueles que afetem a segurança nacional;
- difunde as informações externas em coordenação com a equipe de analistas;
- estuda os fatores potenciais que possam afetar a segurança nacional no âmbito internacional;
- estabelece as ligações necessárias para o cumprimento de sua missão.

c) 3º Vice-Diretoria

DEPARTAMENTO IV (Apoio Administrativo)

- proporciona apoio logístico aos Departamentos para o cumprimento de suas funções específicas.

DEPARTAMENTO V (Apoio Técnico)

1.4 - VENEZUELA

A atividade de segurança e Informações na VENEZUELA está ligada ao Ministério do Interior e ao Ministério da Defesa.

1. Órgão de Informações Civil

A Direção do Serviço de Inteligência e Prevenção (DISIP) é o órgão subordinado ao Ministério do Interior. A DISIP foi organizada, oficialmente, em 1959, em substituição ao órgão denominado “SEGURIDAD NACIONAL”, que atendia às necessidades de Informações do Chefe do Governo.

Seu Diretor-Geral e Subdiretor são escolhidos pelo Presidente da República, a quem assessoram diretamente. Sua organização compreende dois setores de atividades, que agem com liberdade ampla, podendo atuar juntos ou não.

Um desses setores é constituído pela Polícia e Segurança do Estado, que trabalha de modo ostensivo. Seus homens usam uniformes próprios com distintivos e o nome da corporação.

O outro setor é o da Direção de Inteligência, que exerce suas atividades de modo velado. Seu alcance é federal, contando com escritórios em todos os Estados, denominados de “Brigadas”.

A DISIP tem, como um todo, poder de polícia, o que lhe faculta grande flexibilidade de atuação e uma velocidade de coleta que tem se refletido na qualidade do seu trabalho. Porém, o setor ostensivo não se confunde com a Polícia Metropolitana ou dos Estados, já que há uma perfeita repartição de responsabilidades.

Sua Direção de Inteligência está organizada em quatro divisões: Inteligência Interna, Inteligência Externa, Contra-Inteligência e Análise.

Dentre os assuntos de interesse da DISIP inclui-se o narcotráfico e suas ligações com grupos subversivos e terroristas.

2. Órgãos de Informações Militares

O principal componente dos Serviços de Informações (Inteligência) da Venezuela é a Direção de Inteligência Militar (DIM), órgão que se subordina diretamente ao Ministro da Defesa. O chefe da DIM, embora dentro da subordinação ao Ministro da Defesa, liga-se diretamente, sempre que necessário ou solicitado, ao Presidente da República. Até 1972 denominava-se Serviço de Inteligência das Forças Armadas - SIFA, órgão criado com a finalidade específica de combater as atividades guerrilheiras na primeira metade da década de 1960, no interior do país.

A função principal da DIM é o registro e a manutenção de informações estratégicas que ofereçam uma visão clara ao Ministério da Defesa e Alto Comando Militar, com relação à situação nacional e

internacional e seus inimigos reais ou potenciais, que possam pôr em perigo a segurança e a defesa nacional. Além disso, deve estabelecer e supervisionar o cumprimento de normas e medidas de segurança que protejam as informações vitais às FFAA.

A DIM possui a seguinte estrutura organizacional:

- Diretor;
- Subdiretor;
- Diretoria de Segurança Externa;
- Divisão de segurança Interna;
- Divisão de Inspeções Gerais;
- Divisão Administrativa e Logística;
- Divisão de Contra-Inteligência;
- Escola de Informações das Forças Armadas;

Dentre os órgãos de Inteligência Militares temos ainda:

- Divisão de Inteligência Estratégica do Estado-Maior Conjunto (DIE/EMC);
- Diretoria de Inteligência do Exército;
- Diretoria de Inteligência do Estado-Maior Geral da Aviação
- Direção de Inteligência da Armada (DI/ARV)
- 2º Seção do Estado-Maior da Armada
- Diretoria de Inteligência das Forças Armadas de Cooperação (DI/FAC)

Existe uma Divisão de Inteligência chefiada por Oficial da FAC, no Estado-Maior de cada Polícia Militar estadual, e no Estado-Maior da Polícia Militar de Caracas.

*Tal -
SNI*

2 - O SERVIÇO DE INFORMAÇÕES NO BRASIL

A atividade de Informações no Brasil teve início em ²1964, com a criação do Serviço Nacional de Informações (SNI), que tinha por finalidade superintender e coordenar, em todo o Território Nacional e no exterior, as atividades de Informações; assessorar diretamente o Presidente da República com as informações necessárias à execução da política nacional.

Com isso, implantou-se o Sistema Nacional de Informações (SISNI), englobando todos os órgãos da estrutura governamental do País empenhados nas atividades de informações, com o objetivo de assegurar a execução das Atividades de Inteligência, nos campos internos e externos, de interesse da Política Nacional, em particular as que dizem respeito à Segurança Nacional, e a sua integração nos níveis nacional, regional e setorial.

Com o SISNI foram criadas Comunidades de Informações, assim denominados os conjuntos de Órgãos de Informações que tinham missões análogas ou que atuavam em uma mesma área territorial. A sua existência prendia-se à cooperação que deve existir entre órgãos afins, seja pela analogia de missões, seja pelas coincidências de área de responsabilidade, que supõem, uma e outra, uma superposição de interesses e de atividades.

Na década de 1980, o Serviço Nacional de Informações (SNI) passou por um processo de autocrítica, motivado pelo desvirtuamento de suas atividades. Isso se deu em razão da política de segurança e de desenvolvimento, característica daquele momento que o País vivia. O SNI se dedicava somente às informações.

Essas distorções ocorreram em face da falta de controle e de supervisão externa (o que na época nem se admitia que houvesse), as quais destacamos: ao SNI cabia assessorar o Presidente, mas, além disso, foram definidas diretrizes: o seu Ministro-Chefe passou a ter um poder de influência política sobre o Presidente; o órgão passou a trabalhar mais para o governo do que para o Estado.

Com a abertura política iniciada em 1976, ^Dno Governo Geisel, e que se estendeu até a eleição de Tancredo Neves, em 1985, o SNI reassumiu seu verdadeiro papel de fornecer subsídios para auxiliar a busca da melhor diretriz de ação política, deixando as distorções de lado e ocupando um espaço amplo e importante nesse período. Foi um instrumento potencial no esforço do Governo de impor seu controle sobre o relativamente autônomo “aparelho repressivo”. Este tinha adquirido um significativo grau de autonomia e estava lutando contra a abertura e contra os combatentes de esquerda.

Nessa época, com a anistia e o renascimento das atividades típicas de um regime democrático, as prisões por motivos políticos tornaram-se raras. Houve uma redefinição de “inimigo interno”.

Na transição entre o governo militar e o governo civil, conhecida por transição democrática (compreendeu o Colégio Eleitoral, a posse de Sarney e mais dois anos de seu governo) podemos destacar as seguintes definições da atividade de informações: adoção de mecanismos de controle para consolidar o SNI como instrumento de natureza perene;

redução da amplitude de sua atuação no campo interno; ampliação de sua participação no campo externo; estabelecimento de uma nova estrutura organizacional - institucionalização do SNI como instrumento de defesa do Estado; desdobramento da estrutura da atividade fim em campo interno e campo externo; ampliação e fortalecimento das representações do SNI no exterior; redirecionamento da formação, atualização e especialização dos recursos humanos, pela Escola de Informações (ESNI), que passaria a se dedicar à pesquisa, ao desenvolvimento e ao intercâmbio com os meios universitários. Nesse momento, já se admitiam as distorções que estavam sendo cometidas e o SNI procurava se enquadrar nos moldes ditados por aquela transição; diminuíram as preocupações com o binômio segurança e desenvolvimento, e passou-se a exigir um novo serviço de informações, adaptado à situação do País.

Há que se destacar que um último estudo, conhecido por “Projeto SNI”, foi sumamente importante para o novo redirecionamento da atividade de Inteligência e serviu de embasamento para a criação da SAE. Conclui-se que a finalidade do SNI era: a) no campo externo, assessorar o Presidente da República através da produção de conhecimentos sobre ameaças e oportunidades veladas na cena internacional que afetem ou possam afetar os interesses estratégicos do Brasil e exercitar medidas de Contra-Inteligência, visando a salvaguardar conhecimentos e dados que ao Estado interessa preservar; b) no campo interno, assessorar o Presidente da República através de conhecimentos sobre: ameaças ou violações à ordem político-constitucional, terrorismo, sabotagem e espionagem, e exercitar medidas de Contra-Inteligência visando a salvaguardar conhecimentos e dados que o Estado tem interesse em preservar.

O “Projeto SNI” não foi levado a efeito tal como idealizado, em face das condições política da época. Havia um jovem candidato a

presidente que se despontava na preferência popular, e uma de suas bandeiras era extinguir o SNI. Pelos constantes desgastes sofridos nos últimos anos na imagem do SNI; dir-se-ia que havia até mesmo legitimidade naquela proposta. Assim, como propor a reestruturação de um órgão ao “Staff” do candidato, ou mesmo apresentá-la como um projeto do Executivo, sem as mínimas condições possíveis de um resultado positivo? A melhor solução foi apresentá-lo como um estudo à equipe do então candidato, mostrando a necessidade da existência de um Órgão de Inteligência, essencial a qualquer Estado.

Com isso, aquelas mesmas premissas apareceram como um projeto daquele novo governo e deu origem à Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE). Em março de 1990, é extinto o SNI (Medida Provisória nº 130, de 15/03/90).

Com a extinção do SNI e a criação da Secretaria de Assuntos Estratégicos, dentro de uma visão moderna, mudaram-se os conceitos de Informações para Inteligência, esta compreendendo a produção de conhecimentos e a salvaguarda destes e de dados que o Estado tem interesse em preservar.

D

CAPÍTULO 2

3 - INTELIGÊNCIA

3.1 - CONSIDERAÇÕES INICIAIS

* A atividade de Inteligência compreende a produção de conhecimentos e a salvaguarda destes e de dados que ao Estado interessa preservar.

Nesse aspecto, será enfocada especificamente a produção de conhecimentos de inteligência, sobre os quais são apresentadas noções fundamentais de interesse para a perfeita compreensão de seus múltiplos aspectos. /

* Para o correto exercício das informações é impositivo o uso de metodologia e de técnicas acessórias voltadas para a produção do conhecimento, que permitam afastar a prática de ações meramente intuitivas e a adoção de procedimentos sem uma orientação racional. /

3.2- LINGUAGEM DE INTELIGÊNCIA

A doutrina de Inteligência preconiza o uso de uma linguagem especializada entre os profissionais de Inteligência e, em alguns casos, entre estes e os usuários de seus trabalhos. /

Essa linguagem especializada é naturalmente constituída a partir da linguagem comum, de modo que, por um lado, sua adoção não signifique ruptura com o processo de comunicação global utilizado pela

sociedade nacional como um todo, e, por outro, constitua garantia para que as relações de comunicação, essenciais ao exercício da atividade de informações, ocorram sem distorções ou incompreensões. ✓

As noções fundamentais que se seguem estão vinculadas aos termos essenciais da linguagem de inteligência. São elas: conhecimento, opinião, dúvida, ignorância. ✓

* 3.2.1 - Conhecimento

O conhecimento é admitido em duas acepções: processo e produto.

Como processo, o conhecimento é a formação de uma imagem, de um fato ou de uma situação na mente humana, podendo ocorrer de diferentes modos. ✓

Como produto, o conhecimento é a representação (oral e escrita) de fatos ou situações; é, assim, a exteriorização de uma imagem sobre um fato ou uma situação antes restritas aos limites da mente humana. ✓

No âmbito da Atividade de Inteligência:

* - Conhecimento é a representação de um fato ou de uma situação reais ou hipotéticos, de interesse para a atividade de Inteligência, processada pelo profissional da atividade. ✓

Desse modo, qualquer representação de um fato ou de uma situação que não decorra da produção intelectual do profissional de inteligência é considerada como dada na linguagem de Inteligência. ✓

3.2.2 - Verdade

A verdade consiste na perfeita concordância do conteúdo do pensamento com o objeto. ✓

Para a doutrina de Inteligência, a verdade é um atributo que se vincula à relação entre conteúdo do pensamento (sujeito) e os fatos ou as situações (objeto). ✓

Porém a relação da mente com o objeto nem sempre efetiva-se de forma perfeita, pois, algumas vezes, a mente encontra obstáculos que a impedem de formar uma imagem totalmente de acordo com o objeto. Em vista disso e sendo a verdade a grande aspiração que norteia o exercício da atividade de Inteligência, todos os profissionais que a exercem devem acautelar-se contra a mera ilusão da verdade, ou seja, contra o erro. ✓

Imperfeita que é a mente e complexa que é a realidade, a relação entre ambas naturalmente assume gradações. Assim, há oportunidades em que a mente adere integralmente à imagem, por ela mesmo formada, de um objeto; outras há em que esta adesão é apenas parcial; outras, ainda, em que se mostra incapaz de optar por imagens alternativas de um mesmo objeto; por último, a que se coloca em estado puramente nulo com relação a determinado objeto. ✓

3.2.3 - Certeza, Opinião, Dúvida e Ignorância

No tópico precedente foi observado que a verdade e o seu contrário, o erro, são qualidades que permeiam a relação entre o sujeito e o objeto. Trata agora a doutrina de adotar um critério capaz de traduzir com precisão os diferentes estados da mente ante a verdade.

Assim, a mente pode se encontrar, em relação à verdade, em quatro diferentes estados: ✓

3.2.3.1 - Certeza

A Certeza consiste no acatamento integral, pela mente, da imagem por ela mesma formada, como correspondente a determinado objeto.

A Certeza é, dessa forma, o estado em que a mente adere à imagem de um objeto, por ela mesma formada, sem temor de enganar-se. Há que se acrescentar que esta adesão é consequência da plena clareza com que

o objeto se mostra ao espírito, sendo, portanto, a evidência o motivo supremo da certeza. ✓

Pode-se afirmar que a evidência é a marca da verdade. Assim, a mente, quando conduzida ao estado de certeza pela evidência, encontra a verdade. ✓

Todavia, a certeza, do mesmo modo que pode conduzir à verdade, pode levar ao erro. Se a verdade é a conformidade da mente com a realidade, o erro é a não conformidade entre essas partes. Acresce-se que, se a evidência é a marca da verdade, a ilusão de evidência, que se lhe opõe, é o rótulo do erro. ✓

3.2.3.2 - Opinião

A Opinião é o estado que a mente acata, porém com receio de se enganar, a imagem por ela mesma formada, como correspondente a determinado objeto. ✓

A Opinião é, portanto, um estado no qual a mente se define por um objeto, porém como receio de equívoco. ✓

Por isso, o valor do estado de Opinião expressa-se por meio indicadores de probabilidades. ✓

3.2.3.3 - Dúvida

A Dúvida é o estado em que a mente se encontra, em situação de equilíbrio, ou seja, com iguais razões para aceitar ou para negar que a imagem, por ela mesma formada, está em conformidade com determinado objeto.

No que se refere a este estado da mente, a doutrina ocupa-se tão somente da dúvida metódica.

Na dúvida metódica, o espírito encontra-se impossibilitado de afirmar ou negar a validade da imagem elaborada por ele; é um estado que

traduz a suspensão provisória da capacidade de optar, induzindo-o a procurar novas indicações sobre determinado objeto. ✓

3.2.3.4 - Ignorância

A Ignorância é o estado da mente que se caracteriza pela inexistência de qualquer imagem de determinado objeto. ✓

A Ignorância é um estado puramente nulo da mente. Nesta situação, o espírito encontra-se privado de qualquer imagem sobre uma realidade específica. ✓

3.2.4 - Idéia, Juízo e Raciocínio

* O ser humano, para conhecer determinados fatos ou determinadas situações, pode realizar três operações intelectuais: conceber idéias, formular juízos e elaborar raciocínios. ✓

É, portanto, de interesse da doutrina investigar cada uma destas operações, em face dos desdobramentos que têm, na estruturação das definições referentes aos conhecimentos e, ainda, em outros pontos básicos da atividade de Inteligência. ✓

* 3.2.4.1 - Idéia

A Idéia é a simples concepção, na mente, da imagem de determinado objeto, sem adjetivá-lo. ✓

* 3.2.4.2 - Juízo

Juízo é a operação pela qual a mente estabelece uma relação entre idéias. ✓

* 3.2.4.3 - Raciocínio

O Raciocínio é a operação pela qual a mente, a partir de dois ou mais juízos conhecidos, alcança outro que deles decorre logicamente. ✓

3.3 - TIPOS DE CONHECIMENTO

3.3.1 - Informe

* É o conhecimento resultante do juízo(s) formulado(s) pelo profissional de informações e que expressa o seu estado de certeza ou de opinião frente à verdade sobre fato ou situação passados e/ou presentes. ✓

A partir dessa definição, tem-se que o Informe:

3.3.2 - É o Conhecimento

O vocábulo conhecimento, contido nesta parte da definição em estudo, traz subjacentes, as seguintes características iniciais do informe: ✓

- É uma representação oral ou escrita:

a) Tem por objetivo fatos ou situações necessariamente de interesse da atividade de Inteligência;

b) É processado pelo profissional de Inteligência.

3.3.3 - É Resultante de Juízo(s)

O Informe é a narração de um fato ou de uma situação, passado e/ou presente, resultante exclusivamente de juízo(s) formulado(s) por um profissional de Inteligência. ✓

O profissional, no ato da elaboração do Informe, não ultrapassa os limites do juízo, por não ter configurada uma base mínima sobre a qual possa desenvolver um raciocínio. ✓

3.3.4 - É Formulado(s) pelo Profissional de Inteligência

Dentre os atributos exigidos para o profissional de Inteligência, destacam-se como necessários à produção do conhecimento informe os atributos de capacidade de julgamento e de análise e síntese, em níveis compatíveis com a complexidade desse tipo de conhecimento. ✓

A produção do Informe exige, também, por parte do profissional, o domínio da metodologia específica, em especial da técnica de avaliação de dados. ✓

3.3.5 - É aquele que expressa o seu Estado de Certeza ou de Opinião Frente à Verdade

O Informe admite gradação no que diz respeito ao Estado em que se situa a mente com relação à verdade. Assim, o Informe pode expressar certeza ou opinião, estados que são representados através do uso de linguagem apropriada. ✓

3.3.6 - Sobre um Fato ou uma Situação Passados e/ou Presentes

São objetos do Informe apenas os fatos e as situações pretéritas e/ou presentes. Esta característica do Informe deixa claro que este conhecimento não pode traduzir qualquer tipo de evolução futura. ✓

VIDE ANEXO 1.

✕ 3.4 - PEDIDO DE BUSCA

✕ 3.4.1 - Conceito

É o documento utilizado entre órgãos de Inteligência para solicitar conhecimento.

3.4.2 - Texto

✕ O texto do Pedido de Busca comporta dois itens:

- ✕ a) Elementos disponíveis, nos quais são relacionados os conhecimentos e/ou dados sobre o assunto que está sendo estudado, visando a orientar a execução dos procedimentos do órgão de Inteligência, que vai receber o Pedido de Busca.
- ✕ b) Necessidades, nos quais são relacionadas as necessidades de conhecimento a serem atendidas e, quando for o caso, os prazos para o atendimento. Os aspectos essenciais a conhecer identificados no planejamento são, no todo ou em parte, boas orientações para o preenchimento deste item.

Ao final da relação das necessidades, acrescenta-se o sub-item “outros conhecimentos julgados úteis”, com a finalidade de dar liberdade ao

órgão de Inteligência ao qual se destina o Pedido de Busca para enviar conhecimentos não solicitados, mas que, a seu critério, tenham sido considerados potencialmente úteis.

Quando necessário, o texto do Pedido de Busca poderá conter um terceiro item, no qual serão transmitidas instruções específicas, visando, principalmente, a garantir a compartimentação do assunto tratado e a proteger possíveis fontes. Este item será denominado “instruções especiais”.

VIDE ANEXO 2.

3.5 - ORDEM DE BUSCA

✎ 3.5.1 - Definição

É o documento utilizado internamente pelo órgão de Inteligência, através do qual é acionado o elemento de busca, visando à obtenção de conhecimentos.

3.5.2 - Texto

O texto da Ordem de Busca compreende dois itens:

✎ a) Elementos disponíveis, em que se relacionam os conhecimentos e/ou dados sobre o assunto que está sendo abordado, com o fim de orientar o elemento de busca na execução de seus procedimentos.

✎ b) Missão, em que se relacionam as necessidades de conhecimento a serem atendidas e, quando for o caso, o prazo para o atendimento.

Os aspectos essenciais a conhecer, identificados no planejamento, constituem no todo ou em parte, boas orientações para o preenchimento deste item.

Quando necessário, o texto da Ordem de Busca poderá conter um terceiro item, no qual serão transmitidas instruções específicas, visando, principalmente, a garantir a compartimentação do assunto tratado e a

proteger possíveis fontes. Este tópico será denominado “instruções especiais”.

3.5.3 - Observação

Antes de ser encaminhada para o elemento de busca, a Ordem de Busca deve ser submetida à aprovação do Chefe do Órgão.

VIDE ANEXO 3.

3.6 - PRODUÇÃO

3.6.1 - Definição

* São os procedimentos realizados pelo profissional de Inteligência, dos quais resulta determinado conhecimento.

3.6.2 - Situações de Produção

Um conhecimento é produzido pelo órgão de Inteligência nas seguintes situações:

- a) em atendimento a um plano de inteligência: neste caso, o órgão de Inteligência obedece as especificações do plano, tais como: a oportunidade em que os conhecimentos devem ser produzidos e os assuntos a serem cobertos;
- b) em consequência de um estímulo externo específico: nesta situação, o Órgão de Inteligência é acionado por um usuário ou mesmo por outro órgão congênere, mediante estímulo específico, para cobrir determinado fato ou situação;
- c) por sua própria iniciativa: ocorre toda vez que o órgão de Inteligência decide que o usuário e/ou outro órgão congênere, mediante estímulo específico, devam conhecer determinado fato ou situação.

3.7 - METODOLOGIA DE PRODUÇÃO

Visando a tornar o trabalho de produção de conhecimentos o mais científico possível, preconiza-se o emprego de uma metodologia. A apresentada a seguir é apenas um exemplo. A doutrina não despreza quaisquer recursos metodológicos e técnicas acessórias, nem, tampouco, o peso de outros fatores que concorram para o, êxito do profissional de Inteligência na produção do conhecimento, dentre eles, particularmente, seus atributos pessoais, sua experiência e seu embasamento cultural.

Tal metodologia de produção do conhecimento compreende as seguintes fases:

- planejamento;
- reunião;
- análise e síntese;
- interpretação;
- formalização e difusão.

Essas fases não implicam procedimentos rigorosamente ordenados nem têm limites precisos. São fases que se interpenetram, interrelacionam-se e interdependem. Assim, a seqüência apresentada é admissível somente para fins de apresentação e estudo de cada uma delas.

3.7.1 - Fase do Planejamento

A produção de um conhecimento é iniciada por um planejamento, no qual o profissional de Inteligência procura, de forma ordenada e racional, sistematizar o trabalho a ser desenvolvido tendo em vista os fins a atingir. Planejar, portanto, deve constituir uma ação rotineira do profissional de Inteligência.

O planejamento pode ser esquematicamente apresentado da seguinte forma:

- determinação do assunto a ser estudado;

- determinação da faixa de tempo em que o assunto deve ser considerado;
- determinação do usuário do conhecimento;
- determinação da finalidade que vai ter o conhecimento;
- determinação do prazo disponível para a produção do conhecimento;
- determinação dos aspectos essenciais do assunto;
- verificação dos aspectos essenciais conhecidos;
- verificação dos aspectos essenciais a conhecer.

a) **Determinação do Assunto a ser estudado:** Este procedimento consiste em determinar o fato ou a situação objeto do conhecimento a ser produzido, através de uma expressão oral ou escrita. O assunto deve ser preciso, bem determinado e específico. Desse modo, torna-se necessário proceder à sua delimitação. Delimitar significa definir o aspecto particular ou o ponto de vista sob o qual o assunto será focalizado. É preferível aprofundar o assunto em lugar de deter-se em temas muito genéricos, que podem gerar análises superficiais. A visão clara do assunto a ser tratado, a partir de determinado enfoque, completa-se com sua colocação em termos do problema. Formular um problema consiste em apontar qual a dificuldade com a qual nos deparamos e que pretendemos resolver; ou seja, buscar lacunas no conhecimento referente ao assunto. Faz-se sobre o assunto perguntas significativas e, após compará-las, o profissional de Inteligência seleciona qual a pergunta mais relevante a ser respondida. Aí estará o problema a ser desvendado. No planejamento, a determinação do assunto é, muitas vezes, provisória, uma vez que, ao término do trabalho, poderá ser necessário redefini-lo de acordo com a representação final do fato ou da situação enfocada;

b) Determinação da Faixa de Tempo em que o Assunto

deve ser Considerado: Este procedimento consiste em estabelecer limites no tempo para o assunto considerado. Trata-se, portanto, de determinar a abrangência do assunto. A determinação da faixa de tempo é feita levando-se em conta, sobretudo, as necessidades do usuário do conhecimento em produção. Ressalte-se que, à semelhança do que ocorrem com as fases da metodologia de produção do conhecimento, os procedimentos que compõem cada uma delas não são rigorosamente ordenados. Deste modo, como exemplo, observa-se que a determinação do assunto, da faixa de tempo e, como se segue, do usuário e da finalidade, são procedimentos intimamente relacionados, interdependentes e de execução quase simultânea;

c) Determinação do Usuário do Conhecimento: A execução deste procedimento objetiva identificar a autoridade governamental ou o órgão congênere que, pelo menos potencialmente, utilizará o conhecimento que está sendo produzido. Não é contudo indispensável. Este procedimento deverá ser levado em consideração sempre que contribuir, para ajustar o conhecimento que está sendo produzido ao nível do usuário ou para auxiliar a definição de prioridades.

d) Determinação da Finalidade do Conhecimento: Este tópico diz respeito à virtual utilização, pelo usuário, do conhecimento em produção. Também, como o anterior, não é indispensável. Devido à compartimentação normal inerente ao exercício da atividade de Inteligência, nem sempre é possível a determinação da finalidade. Neste caso, o planejamento é orientado para esgotar o assunto tratado, de tal modo que o usuário venha a encontrar em algum ponto do conhecimento que está sendo produzido, subsídios úteis a sua atuação. O correto entendimento do

processo decisório nacional facilita a determinação da finalidade e do usuário do conhecimento;

e) Determinação do Prazo Disponível para a Produção do

Conhecimento: Nos casos de produção do conhecimento em obediência aos planos de Inteligência ou estímulos específicos, é normal os prazos serem previamente estabelecidos. Quando isso não ocorre ou quando a iniciativa de produção do conhecimento é do órgão de Inteligência, os prazos são estabelecidos observando-se o princípio de oportunidade;

f) Determinação dos Aspectos Essenciais do Assunto: Neste passo, procede-se a um levantamento dos aspectos que deverão ser abordados de modo de que o assunto passa ser devidamente esclarecido. Essa dimensão do trabalho tem como essência levar o profissional de inteligência a verificar o que ele deseja saber para responder ao assunto e atender plenamente à necessidade do usuário. Os aspectos essenciais não devem ser confundidos com o problema, definido quando da determinação do assunto.

Pode ocorrer que o profissional de inteligência não consiga obter respostas a um outro aspecto essencial listado. Neste caso, produz-se o conhecimento com base no material reunido, ou seja, disponível, a fim de atender ao princípio da oportunidade. Em conjunto, os aspectos essenciais compõem um arcabouço preliminar do conhecimento em produção.

Os aspectos essenciais podem ser redimensionados ao longo do trabalho de produção do conhecimento.

1) Verificação dos Aspectos Essenciais Conhecidos

Este procedimento consiste em verificar, dentre os aspectos essenciais já determinados, aqueles para os quais já se tenha algum tipo de resposta, antes do desencadeamento de qualquer medida de reunião.

Sendo o planejamento de uso estritamente pessoal do elaborador do conhecimento, o seu equacionamento é livre. Em razão disto, especificamente quanto à verificação aos aspectos essenciais conhecidos, poderá este procedimento variar desde a simples indicação dos aspectos já conhecidos até o relacionamento de todas as respostas que a eles se vinculem. É importante, porém, que se separem as respostas completas das incompletas e as que expressam certeza das que não a expressam.

A correção deste procedimento é fundamental para a execução do que se segue.

2) Verificação dos Aspectos Essenciais a Conhecer

Neste procedimento, verificam-se os aspectos essenciais em relação aos quais o elaborador do conhecimento:

- deve obter respostas, uma vez que não as possui;
- necessita de novos elementos de convicção para as respostas já disponíveis; e/ou
- deve obter complementos para as respostas que já possui.

Este procedimento poderá materializar uma listagem do que obter para atender aos casos acima, como forma de preparar, com objetividade, a fase seguinte: Reunião.

*** 3.7.2 - Fase da Reunião**

A Reunião é a fase da produção do conhecimento na qual o profissional de inteligência procura reunir conhecimentos e/ou dados que respondam e/ou complementem os aspectos essenciais a conhecer.

Dois tipos de medidas podem-se fazer presentes nesta fase: a Coleta e a Busca.

A Coleta é a obtenção de conhecimentos e/ou dados disponíveis.

A Busca é a obtenção de dados não disponíveis.

Por disponíveis entende-se o fato de o conhecimento e/ou o dado serem de livre acesso a quem procura obtê-lo.

✱ A Reunião pode ser esquematizado do seguinte modo:

- consulta aos arquivos;
- pesquisa;
- acionamento do elemento de busca;
- ligações com órgãos congêneres.

Esses procedimentos não obedecem necessariamente à seqüência exposta. Alguns critérios são observados no sentido de determinar a seqüência ideal para cada caso. São esses os critérios:

- partir de procedimentos mais simples para aqueles mais complexos;
- partir de procedimentos de menor custo para os outros mais dispendiosos;
- partir de procedimentos de nenhum ou pouco risco (para o profissional de inteligência, para o órgão e mesmo para o Governo ou País) para procedimentos mais arriscados;
- esgotar, na medida do possível, a capacidade de reunião do próprio órgão de Inteligência antes de recorrer a órgãos congêneres.

Não há, dentre os critérios apresentados, qualquer um que sobreponha aos demais em importância. No julgamento da seqüência de procedimentos que adotará na Reunião, o profissional de inteligência deverá levar em consideração, além dos critérios em si mesmos, esta nuance que os reveste. Além disso, fatores como urgência na produção de conhecimento, amplitude do assunto tratado, grau de sigilo etc. poderão, também, influenciar a determinação da seqüência dos procedimentos a serem adotados na Reunião.

a) Consulta dos Arquivos

Este procedimento consiste em procurar nos arquivos do órgão a que pertence o profissional de inteligência conhecimentos e/ou dados que interessem ao trabalho.

b) Pesquisa

A Pesquisa consiste em realizar contatos com pessoas, estudos em bibliotecas, ligações formais e/ou informais com organizações estranhas à atividade de inteligência, bem como participar de eventos de interesse etc.

A Pesquisa requer comportamentos e atitudes, como curiosidade, imaginação e diligência. O profissional de inteligência deve procurar utilizar todos os meios possíveis, ou seja, sair a campo e não simplesmente esperar que as respostas que deseja obter cheguem até ele.

Como resultado da pesquisa, o profissional de Inteligência reunirá exclusivamente dados, quaisquer que sejam a forma, a profundidade ou a característica que possam ter.

c) Acionamento do Elemento de Busca

Este procedimento consiste em acionar a fração de busca do órgão de inteligência.

Em decorrência, a fração de busca obterá dados, os quais serão, normalmente, transformados em conhecimento.

d) Ligações com Órgãos Congêneres para Obtenção do Conhecimentos ou Dados que Interessam ao Trabalho em Elaboração

* 3.7.3 - Fase da Análise e Síntese

A fase da Análise e Síntese abrange os seguintes procedimentos:

- * – Determinação do valor do conhecimento e/ou dados reunidos; e
- * – Integração

a) Determinação do Valor dos Conhecimentos e/ou Dados Reunidos

Este procedimento compreende a verificação da pertinência e da credibilidade dos conhecimentos e/ou dados reunidos.

A verificação da pertinência é realizada estudando-se o interesse dos conhecimentos e/ou dados reunidos para o trabalho.

Este estudo é iniciado por um exame preliminar do relacionamento e/ou dados com o assunto, objeto do trabalho em execução; esgota-se pela decomposição de cada um destes conhecimentos e/ou dados em frações significativas, isto é, frações que tenham relação com os aspectos essenciais determinados na fase do Planejamento.

Por vezes, parte dos conhecimentos e/ou dados reunidos é considerado de utilidade para o trabalho em andamento, embora não tenha correspondência com qualquer aspecto essencial levantado no planejamento. No caso, o rol de aspectos essenciais deve ser alterado por meio da inclusão de novos aspectos do assunto.

A verificação da credibilidade é inicialmente realizada através:

- De um estudo das frações significativas contidas nos conhecimentos reunidos; e
- De um trabalho de julgamentos das fontes e dos conteúdos dos dados obtidos.

Sua consolidação é feita compondo-se as frações significativas entre si e com o que o elaborador do trabalho sabe sobre o assunto.

Ao final do procedimento de determinação do valor dos conhecimentos e/ou dados reunidos, será obtida uma série de frações significativas devidamente verificadas em credibilidade.

Esse resultado poderá ensejar novas medidas de reunião, se julgado que certas frações significativas têm credibilidade insuficiente para serem aproveitadas.

b) Integração

O procedimento em questão resume-se em montar um conjunto coerente e ordenado, com base nas frações significativas já devidamente trabalhadas.

Para a montagem de um conjunto coerente e ordenado é de valia a observância do rol de aspectos essenciais determinado no planejamento e, eventualmente, reajustado na etapa anterior, uma vez que, no planejamento, os aspectos essenciais foram distinguidos, em seu conjunto, com um arcabouço do conhecimento em produção, suficientes para atender à necessidade do usuário, especificada quando do planejamento, constituindo eles em uma orientação a ser observada na integração.

3.7.4 - Fase da Formalização e Difusão

É a fase na qual se dá a forma final ao conhecimento que está sendo produzido e se realiza sua expedição ao(s) usuário(s).

3.7.4.1 - Formalização

Nesta fase, formaliza-se o conhecimento para que seja difundido ao usuário.

A formalização admite as seguintes opções:

- mediante a redação de um documento de inteligência (preferencialmente);
- mentalmente para, quando necessário, transmitir, de forma oral, o conhecimento.

Qualquer que seja a opção adotada, é indispensável que a formalização contenha todos os elementos necessários ao entendimento e à utilização do conhecimento pelo usuário.

A formalização inclui também a definição dos seguintes aspectos:

- a existência de outros usuários, uma vez que podem ocorrer casos em que o conhecimento, embora inicialmente orientado para atender ao usuário identificado no planejamento, passa a ser de interesse, também, para outros usuários;
- o grau de sigilo, de acordo com os preceitos do regulamento para a salvaguarda de assuntos sigilosos (RSAS);
- o meio de comunicação a ser utilizado, de acordo com as especificações do RSAS e as normas complementares eventualmente adotados pelo órgão de inteligência.

* 3.7.4.2 - Difusão

* Consiste na remessa do conhecimento, formalizado da maneira descrita no item anterior, para o(s) usuário(s).

3.8 - AVALIAÇÃO DE DADOS

* É o processo a que são submetidos os dados de interesse para o exercício da atividade.

* Tem por objetivo aferir a credibilidade que pode ser atribuída a um dado.

3.8.1 - Fontes de Dados

Para fins práticos de avaliação, tem-se como fontes as pessoas, as organizações ou os documentos dos quais se obtêm um dado:

- Pessoas como fonte: São as autoras do dado, por terem percebido, memorizado e descrito um fato ou uma situação.

- Organizações como fonte: São aquelas que detêm a responsabilidade pelo dado, por tê-lo veiculado, tendo em vista a impossibilidade de se identificar o autor (pessoa) do mesmo.
- Documentos como fonte: São aqueles que expressam o dado, mas não contêm indicações que permitam a identificação do autor ou de uma organização responsável pelo mesmo.

3.8.2 - Ponto de Interesse

Na avaliação, uma das preocupações do profissional de inteligência deve ser a definição do ponto de interesse do dado. Isto significa qual o ponto do conteúdo de um dado recebido interessa efetivamente ao órgão de inteligência para desempenho da sua atividade e de determinado caso.

3.8.3 - Técnica de Avaliação de Dados

✱ À técnica de avaliação de dados compreende os julgamentos da fonte e do conteúdo, com a conseqüente determinação da credibilidade do dado.

3.8.3.1 - Julgamento da Fonte

✱ O Julgamento da Fonte é realizado com a finalidade de se estabelecer o grau de idoneidade dessa fonte. No julgamento, a fonte é considerada sob três aspectos: Autenticidade, Confiança e Competência.

Sob o aspecto da Autenticidade, procura-se primeiro verificar se o dado provém realmente da fonte presumida. Este trabalho é desenvolvido através do estudo das particularidades e dos eventuais indicativos que permitam caracterizar a fonte. A seguir, verifica-se se foi nela que o dado foi gerado. Cuidados especiais são observados para distinguir fonte de canal de transmissão (fonte primária de fonte secundária), já que, muitas vezes, surge, entre a fonte e o avaliador, a figura do

intermediário do dado. Esse intermediário é considerado como canal de transmissão e não deve ser confundido com a fonte do dado, embora deva ser submetido aos mesmos critérios de avaliação de fonte primária.

Sob o aspecto da Confiança, entre outros, são considerados os seguintes indicadores que a ela se relacionam:

- Antecedentes (criminal, político, de lealdade, de honestidade etc.);
- Padrão de vida compatível ou não com o seu poder aquisitivo;
- Contribuição já prestada ao órgão de inteligência (precisão de dados etc.);
- Motivação (pagamento, patriotismo, ideologia, interesse pessoal, vingança etc.).

Sob o aspecto da Competência, a fonte é julgada levando-se em conta, essencialmente, os seguintes indicadores:

- habilitação; e
- condições de obtenção do dado.

O primeiro indicador diz respeito aos atributos pessoais da fonte para perceber, memorizar e descrever, especificamente, o fato ou a situação objeto do dado. A fonte é, portanto, julgada com base no estudo de sua capacidade pessoal para perceber o fato ou a situação.

O segundo refere-se à possibilidade de a fonte (por si mesma) perceber o fato ou a situação que descreve.

Ressalte-se que os indicadores aqui relacionados são mais adequados para o julgamento de pessoas como fonte e podem ser adaptados para o julgamento de organizações como fonte. Porém, na eventualidade de se ter que julgar um documento como fonte de dados, o profissional de inteligência terá que se valer de outros indicadores e técnicas específicas.

3.8.3.2 - Julgamento de Conteúdo

O Julgamento de Conteúdo considera o dado sob os aspectos de: Coerência, Compatibilidade e Semelhança.

A Coerência consiste em determinar se o dado em julgamento não apresenta contradições em seu conteúdo; busca-se, assim, verificar a harmonia interna do dado e o seu encadeamento lógico.

A Compatibilidade é aferida estabelecendo-se o relacionamento do dado com o que se sabe sobre o fato ou a situação que é objeto do mesmo; procura-se, deste modo, examinar o grau de harmonia com que o dado se relaciona com os outros dados conhecidos anteriormente.

A Semelhança consiste em verificar se há outro dado, oriundo de fonte diferente, cujo conteúdo esteja conforme o do dado em julgamento.

3.8.3.3 - Julgamento da Credibilidade do Dado

Após julgados a fonte e o conteúdo, o profissional de inteligência terá condições de determinar a credibilidade do dado.

A credibilidade das frações que compõem o conhecimento será traduzida, quando de sua formalização, através de recursos de linguagens que expressem o estado de certeza de opinião do profissional de inteligência.

Estado de Goiás
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
BIBLIOTECA

CAPÍTULO 3

4 - CONTRA-INTELIGÊNCIA

4.1 - CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente capítulo, complementando as noções expostas no capítulo 2, explicitará os procedimentos e as medidas voltadas para as ações de salvaguarda. Desta forma, serão abordados, genericamente, diversos aspectos que envolvem a Proteção ao Conhecimento, a Contra-Espionagem, o Contraterrorismo e a Contrapropaganda.

4.2 - PROTEÇÃO AO CONHECIMENTO

A Proteção ao Conhecimento é implementada por meio de ações de salvaguarda voltadas objetivamente para proteger conhecimentos e/ou dados sigilosos oriundos da estrutura de inteligência ou por ela manuseados ou custodiados, e para proteger dados sigilosos, gerados ou custodiados por outras entidades nacionais, públicas ou privadas.

Em última análise, tais ações resultam na aplicação correta das medidas de Segurança Orgânica no âmbito de cada entidade custodiante.

As medidas de Segurança Orgânica agrupam-se em segmentos, a seguir discriminados.

4.2.1 - Segurança do Pessoal

Compreende um conjunto de medidas objetivamente voltadas para os recursos humanos, no sentido de assegurar comportamentos adequados à salvaguarda de conhecimentos e/ou de dados sigilosos.

As medidas de segurança do pessoal têm por finalidade, particularmente, prevenir e obstruir as ações adversas de infiltração, recrutamento e entrevista, que possam ser utilizadas em decorrência de falhas no processo seletivo e no acompanhamento funcional dos servidores.

A implementação das medidas de segurança do pessoal ocorre paralelamente ao desenvolvimento do processo de gerenciamento dos recursos humanos, que envolve etapas que vão do ingresso ao desligamento das pessoas.

A segurança do pessoal abrangerá, ainda, providências relativas à proteção física de indivíduos detentores de conhecimentos e de dados sigilosos que, em função de sua natureza, requeiram excepcionais providências.

4.2.2 - Segurança da Documentação e do Material

Compreende um conjunto de medidas objetivamente voltado para os documentos e materiais, no sentido de salvaguardar os conhecimentos e dados sigilosos neles contidos.

Os documentos e materiais, ao constituírem suportes mais comuns desses conhecimentos e dados, tornam-se alvos permanentes de ações adversas, em particular da sabotagem.

Nesse caso particular, as medidas de segurança da documentação e do material visam a fazer frente às ações adversas efetivadas por meio de furto ou que explorem técnicas especializadas, tais como fotografia e memorização. Merecem destaque, também, as ações

adversas que objetivam destruir ou adulterar o documento ou material sigiloso, impedindo o correto aproveitamento de seu conteúdo.

As medidas de segurança da documentação e do material visam, portanto, a fazer frente a estas ameaças. No Regulamento para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos (RSAS), estão previstos os procedimentos fundamentais para a segurança da documentação e do material; no entanto, tais procedimentos devem ser adaptados ou complementados para atender às peculiaridades de cada organização.

De um modo geral, os documentos e materiais sigilosos têm um ciclo que pode ser desdobrado nas seguintes etapas: produção, classificação, marcação, controle de entrada, manuseio, arquivamento e destruição.

4.2.3 - Segurança das Comunicações

Compreende um conjunto de medidas objetivamente voltado para as comunicações, no sentido de salvaguardar conhecimentos e/ou dados sigilosos que trafegam pelos vários meios.

É freqüente a busca de conhecimentos e de dados sigilosos através de ações desenvolvidas no âmbito das comunicações. Essa prática implementa-se por meio de um trabalho inicial de interceptação, complementado por análises simultâneas ou não dos meios de comunicação envolvidos, do fluxo de mensagens entre os correspondentes e do conteúdo dessas mensagens. Em suma, a busca adversa de conhecimentos e/ou dados sigilosos através das comunicações exige, além da capacidade de interceptar, a competência para desenvolver a análise de transmissão, a análise de tráfego e a criptoanálise.

Por último, quando de posse do conhecimento e/ou dado, o interceptador irá utilizá-los com a preocupação de não revelar ao interceptado qualquer indício sobre a violação de seus canais de

comunicações, mantendo o aparente estado de segurança do sistema de comunicações.

É assim que, para fazer frente a esta ação adversa, são efetivadas as medidas de segurança das comunicações, que se referem particularmente aos meios de comunicações, ao fluxo das mensagens e ao seu conteúdo.

✧ 4.2.4 - Segurança em Informática

✧ Compreende um conjunto de medidas objetivamente voltado para a salvaguarda de conhecimentos e/ou dados sigilosos gerados, armazenados e trafegados através da informática, bem como para a segurança do software e do hardware empregados no seu tratamento.

A segurança, neste caso, não é em si uma disciplina autônoma, mas a aplicação conjunta de diversas disciplinas com o objetivo de evitar a destruição e a manipulação indevida e o acesso não autorizado.

Para enfrentar essas novas ameaças e vulnerabilidades, as disciplinas envolvidas com processamento de dados devem evoluir com o intuito de minimizar os riscos criados pela tecnologia.

Dessa forma, a segurança deve estabelecer normas, nos níveis físico e lógico, que garantam a implementação de medidas destinadas a assegurar a integridade e o sigilo da informação, o controle de acesso e a autenticação de dados e do usuário.

✧ 4.2.5 - Segurança das Áreas

✧ Compreende um conjunto de medidas objetivamente voltado para os locais onde são elaborados, tratados, manuseados ou guardados conhecimentos e/ou dados sigilosos, com a finalidade de salvaguardá-los, impedindo o acesso não autorizado.

✧ É importante dizer que, para a consecução do acesso, o adversário poderá utilizar de ações especializadas que permitam sua entrada

nas instalações sem deixar vestígios e, ainda, valer-se de instrumentos ópticos e/ou eletrônicos explorados mesmo à distância.

✱ Poderão, ainda, ocorrer acidentes de qualquer natureza que também desencadeiam o comprometimento. Em consequência, os atos praticados inconscientemente e os fenômenos naturais também devem ser motivo de preocupação da segurança das áreas.

A implementação dessas medidas exige como providências prévias o cumprimento das prescrições contidas no RSAS referentes à definição, à demarcação, à classificação e à sinalização das áreas.

Para tanto, impõe-se a avaliação das necessidades de segurança das áreas que configuram a organização. Esta providência objetiva definir as áreas a serem preservadas por abrigarem conhecimentos e/ou dados sigilosos (áreas sigilosas) ou por serem consideradas vitais para o pleno funcionamento da organização (áreas restritas).

As necessidades de segurança das áreas sigilosas dependem dos diferentes graus de sigilo, e as necessidades das áreas restritas derivarão dos níveis de importância de cada uma delas.

Na avaliação das necessidades de segurança, devem ser levados em conta, também, fatores de origem externa, tais como localização, conjuntura política, etc.

4.3 - CONTRA-ESPIONAGEM

✱ A Contra-espionagem tem sua atenção centrada nas ações adversas de busca de conhecimentos e/ou dados sigilosos.

✱ Com vistas a identificar e a neutralizar as citadas ações, são implementadas medidas específicas, a saber.

✱ 4.3.1 - Estudo de Organizações Adversas

✱ Resume-se na produção de conhecimentos sobre organizações adversas, enfocando, particularmente, suas estruturas, seus objetivos, suas

formas de atuação e seus integrantes, visando auxiliar na identificação do patrocinador da ação detectada.

4.3.2 - Ligação com Serviços de Inteligência de outras Organizações

Visa ao intercâmbio de aspectos a respeito de estruturas, objetivos, formas de atuação e integrantes de serviços de inteligência e de outros organismos adversos e ainda de elementos adversos independentes.

As ligações, por serem importantes, e por envolverem profissionais de inteligência de serviços de outras organizações, devem ser centralizadas pela contra-espionagem. O produto do intercâmbio poderá, muitas vezes, beneficiar também outros aspectos da Atividade de Inteligência, tais como:

- produção de outros conhecimentos de interesse para o órgão de inteligência;
- aperfeiçoamento do pessoal orgânico através de visitas, cursos e estágios.

4.3.3 - Controle das Comunicações

É exercido através do acompanhamento sistemático e permanente das telecomunicações, dos serviços postais e de outros meios de comunicação social.

O controle proporciona dois tipos de resultados:

- primeiro, possibilita a detecção de ações de espionagem a partir do uso de comunicações pelo pessoal adverso;
- segundo, propicia a detecção dessas ações, a partir do posicionamento público (discurso, entrevista, nota oficial etc.) de outro centro de decisão (governo etc.) cujo conteúdo revele o acesso não autorizado ou o interesse potencial por

conhecimentos e/ou dados que devam ser protegidos pelo Estado.

Para o primeiro resultado, a contra-espionagem deve contar com o trabalho de profissionais especializados em criptoanálise, pois podem ser captadas mensagens cifradas e/ou codificadas, ou, ainda, dissimuladas em textos normais.

Para o segundo resultado, torna-se fundamental que os profissionais de inteligência, responsáveis pelo exercício deste controle, sejam conhecedores das técnicas adequadas.

Em decorrência deste controle, podem, ainda, ser obtidos dados que possibilitem a produção de outros conhecimentos de interesse do órgão.

Essa peculiaridade do controle das comunicações caracteriza a íntima ligação entre os dois segmentos da Atividade - Inteligência e Contra-inteligência - pois, ao mesmo tempo que serve à finalidade de salvaguardar conhecimentos, oferece subsídios a setores que têm por finalidade precípua a produção de conhecimentos.

✦ 4.3.4 - Estabelecimento de Rede de Informantes

✦ Consiste em formar uma rede com pessoas recrutadas operacionalmente em organizações passíveis de ser alvo de ações de espionagem com vistas a detectar estas mesmas ações quando desenvolvidas. Podem, ainda, ser recrutadas pessoas que, por suas atividades, tenham alguma relação com o crime organizado.

Nesse particular, denota-se a íntima ligação entre esta medida e a que trata do controle de estrangeiros, pois têm, entre si, sentido de complementação, unindo a produção de conhecimentos à execução de operações. Tal medida implementa-se, portanto, através da aplicação de técnicas especializadas.

4.3.5 - Infiltração de Agente

Pode ser feita de duas formas. A primeira, colocando-se o agente em organizações passíveis de se constituir alvos de ações de espionagem; o objetivo principal, neste caso, é a detecção de investidas. A segunda, colocando o agente no sistema operativo da espionagem; neste caso, a infiltração visa basicamente a neutralizar a ação adversa.

Essa medida implica, também, a utilização de técnicas especializadas.

4.3.6 - Recrutamento de Agente Adverso

Consiste em obter a cooperação de agente adverso, utilizando-o como agente duplo. Para isso, exploram-se as técnicas de recrutamento operacional, destacando-se, mais uma vez, a execução de ações especializadas.

4.3.7 - Desinformação

Consiste em manipular os conhecimentos e/ou dados que são objeto, real ou potencial, de uma ação de espionagem, com o propósito de iludir ou confundir o agente adverso.

4.4 - CONTRATERRORISMO

O Contraterrorismo, por sua vez, tem sua atenção voltada para fazer frente às ações adversas de natureza política que possam vir a ser perpetradas, por mecanismos violentos, contra pessoas ou instalações.

As medidas de Contraterrorismo guardam similitude com as medidas de Contra-espionagem, sofrendo, na sua aplicação, as adaptações que se fizerem concernentes em cada caso.

4.5 - CONTRAPROPAGANDA

A Contrapropaganda tem seu esforço direcionado para a identificação e a neutralização de Propaganda Adversa disseminadas através dos diversos meios de comunicação social, merecendo, portanto, um

trabalho sistemático de acompanhamento desses meios para permitir uma oportuna e adequada resposta.

CAPÍTULO 4

5 - UMA NOVA PROPOSTA PARA A MELHORIA

DO SISTEMA

5.1 - TRIPÉ DOS SERVIÇOS DE INTELIGÊNCIA

É importante fazer um parêntese para destacar que o trinômio, Estado - Segurança- Segredo orienta a totalidade dos Serviços de Inteligência e também serviu de parâmetro para aquele grupo de trabalho. Dele destacamos que os serviços têm, como cerne de sua atuação, o emprego de mecanismos especiais de busca de dados. Nas democracias, a posse desses mecanismos impõe que sejam empregados, exclusivamente, no enfrentamento de ameaças e agressões às instituições fundamentais do Estado; a existência de controle legislativo ou judiciário sobre os serviços têm respaldado suas atividades, além de dificultar a ocorrência de desvios de sua finalidade. Nas democracias consolidadas, as organizações de Inteligência atuam especialmente no campo externo. As organizações que atuam na segurança interna são distinguidas, regularmente, como de segurança e são, normalmente, independentes, submetidas a chefias e legislações diferenciadas, possuindo inclusive “modus operandi” próprios, e, em algumas organizações, a burocracia e o excessivo peso de suas administrações geraram a tendência de a atividade-meio se superpor à atividade-fim, colocando-as sob o risco de se tornarem um fim em si mesmas.

5.2 - RESISTÊNCIA À MUDANÇA

Para melhor entendermos essa transação, vamos reportar ao ensinamento de GOODWIN WATSON¹ sobre a resistência à mudança:

“Todas as forças que contribuem para a estabilidade da personalidade ou dos sistemas sociais podem ser percebidas como resistências às mudanças. Do ponto de vista de um ambicioso e enérgico agente de mudança, estas forças são vistas como obstáculos. De uma perspectiva mais ampla e mais indusiva, as tendências para alcançar, preservar e retornar ao equilíbrio são mais salutares. Elas propiciam a existência duradoura do caráter, da ação inteligente, das instituições e da cultura”.

Segundo STANLEY YOUNG, um problema universal enfrentado pela administração na inovação organizacional é superior à oposição à mudança organizacional dos não tomadores de decisão. Apesar de que todos, numa organização, possam concordar com a crença de que o progresso é inerente e desejável, uma resistência considerável acontece no momento da inovação real.

5.3 - CICLOS DA RESISTÊNCIA

Para GOODWIN WATSON, durante a vida de uma inovação típica ou mudança, a resistência passa por um ciclo. No estágio inicial, quando apenas alguns pensadores pioneiros levam a sério a reforma, a resistência aparece maciça e indiferenciada. “Todos conhecem um caminho melhor; ninguém, com o juízo certo, poderia defender a mudança”. Os proponentes da mudança são chamados de fanáticos e visionários. A mais óbvia fonte de resistência é qualquer ameaça aos interesses econômicos ou de prestígio dos indivíduos.

No segundo estágio, quando o movimento para a mudança começa a crescer, são identificadas as forças favoráveis e contrárias. Uma

¹ LOBOS, Júlio A. Comportamento Organizacional: Leituras Seleccionadas. São Paulo: ed. Atlas S.A, 1978, 476 - 477.

posição de força pode ser definida pela sua própria localização no sistema social e pelo seu poder (nesse ponto já houve amadurecimento de novos conceitos).

O conflito direto e a confrontação merecem o terceiro estágio, à medida que a resistência é mobilizada para esmagar a pretensiosa proposta de mudança. Defensores entusiásticos de uma nova idéia freqüentemente subestimam a força de seus oponentes. Aqueles que vêem favoravelmente uma mudança, como boa e necessária, acham difícil acreditar até onde os oponentes irão para impedir esta inovação. Este terceiro estágio parece significar vida ou morte para a reforma proposta. A sobrevivência depende da aquisição de poder para vencer o inimigo.

O quarto estágio, depois das batalhas decisivas, encontra defensores da mudança no poder. A resistência que ainda persiste neste estágio é considerada teimosa.

Por algum tempo, existe o perigo de um contrapeso na balança. Qualquer falha na reforma pode mobilizar a oposição latente que, junto com os reacionários manifestos, poderia ser suficiente para alterar o equilíbrio de poder.

A estratégia requer sabedoria em lidar não apenas com os oponentes, mas também com os elementos ainda dissonantes da maneira que parece, em geral, ter aceito a inovação.

5.4 - CARACTERÍSTICAS DO PROFISSIONAL DE INTELIGÊNCIA

No mundo moderno, apesar da alta tecnologia, necessitamos de um profissional de inteligência, especializado, para atuar em áreas onde possa desempenhar um papel exclusivo, a exemplo da previsão de eventos provocados por transtornos na opinião pública, tais como: as animosidades públicas dirigidas contra um governo ou aumentos de criminalidade impelidos por fatores sociais ou econômicos. É imprescindível, também, na

obtenção do dado negado através da técnica de recrutamento operacional ou dos meios humanos. Em nosso caso, também temos uma divisão dedicada à análise, que é importante tanto para o embasamento teórico quanto para a experiência prática.

A inteligência é a principal matéria-prima de toda empresa e a mais valiosa mercadoria do planeta. Ela é a única coisa capaz de transformar problemas em soluções e oportunidades em realizações.

✕ 5.5 - TÉCNICAS OPERACIONAIS E SEUS RESPECTIVOS CONCEITOS

✕ 5.5.1 - Recrutamento Operacional

Convencer ou persuadir um elemento a trabalhar, consciente ou inconsciente, em proveito de um Órgão de Inteligência.

O recrutamento possui as seguintes fases:

✓ **Assinalação** - É a fase que consiste em levantar nomes de pessoas que tenham acesso, real e/ou potencial a dados de interesse ao órgão de inteligência, ou que possam vir a cooperar na execução de operações de inteligência.

✓ **Investigação** - Fase que consiste num levantamento, o mais completo possível, sobre os alvos assinalados.

✓ **Seleção** - Fase na qual o recrutador decidirá pelo recrutamento ou escolherá o melhor alvo a ser recrutado, na hipótese de mais de um investigado.

✓ **Aproximação** - Fase na qual o recrutador, valendo-se dos conhecimentos adquiridos sobre o alvo, iniciará um relacionamento pessoal com o mesmo.

✓ **Abordagem** - É a fase na qual o recrutador colocará a sua intenção em termos claros ao alvo.

✂ **Treinamento** - É a fase que consiste em preparar o recrutado para desempenhar suas tarefas de forma segura e eficaz. /

✂ **Utilização** - É a fase na qual o recrutado passará a trabalhar em benefício do órgão de inteligência.

✂ **Dispensa** - É a fase na qual o recrutado deixará de trabalhar em benefício do órgão de inteligência.

✂ 5.5.2 - Infiltração

É a introdução de pessoal de busca orgânica ou não, no objetivo da ação de busca.

✂ 5.5.3 - Vigilância

✂ É a técnica de busca que consiste em manter sob observação objetos, pessoas, áreas e instalações. A Vigilância é classificada quanto ao grau de sigilo em Ostensiva (de controle e de provocação) e Sigilosa. Quanto à forma, em Fixa (a coberto e a descoberto) e Móvel (a pé e transportada).

A vigilância tem por finalidade:

- identificar alvos, averiguar suas atividades e contatos;
- localizar e/ou controlar alvos;
- identificar meios de comunicações utilizados pelos alvos;
- provocar reações dos alvos;
- observar atividades de rotinas e/ou áreas;
- confirmar dados;
- verificar lealdade de agentes recrutados.

Cuidados na execução da vigilância:

- dividir a área em setores na carta;
- evitar contato direto com o alvo;
- evitar a vontade de obter todos os dados de uma única vez;
- ficar atento para as desconfianças do alvo;

- obedecer ^{ao} planejamento do encarregado de caso;
- preocupar-se com o pedido da missão;
- agir com iniciativa sem precipitação;
- atentar para as modificações ocorridas no ambiente;
- preocupar-se com a segurança operacional.

* Decálogo do vigilante:

- não encarar o alvo;
- não se comportar de maneira suspeita;
- não se esconder;
- não correr sem necessidade;
- não esquecer as distâncias convenientes;
- não se distrair;
- não usar disfarces exagerados ou anormais.

* 5.5.4 - Reconhecimento

✧ É a identificação de áreas, instalações ou pessoas, com o objetivo de obter dados que irão influir no planejamento e na execução das ações de busca.

* 5.5.5 - Estória-Cobertura

É um complexo de enredos, argumentações, fachadas e documentos utilizados nas ações de busca.

5.5.6 - Entrevista

✧ Uma conversação mantida com propósitos definidos, planejada e controlada pelo entrevistador. Suas finalidades são: Colher dados, Fornecer dados e mudar comportamento.

✧ Têm como princípios básicos:

- observar ao máximo;
- ouvir com atenção;
- perguntar corretamente;

- registrar adequadamente.

Durante uma entrevista devemos observar ao máximo as reações físicas e psicológicas:

- pulsação acentuada da carótida;
- atividade excessiva do pomo-de-adão;
- secura da boca ou salivação abundante;
- impossibilidade de encarar o entrevistador;
- juras pela veracidade das informações;
- a conhecida alegação de “não me lembro”;
- alegações como, por exemplo, de que tem “um passado sem manchas...” “é um homem religioso...” “é amante da verdade...”etc.

 O controle da entrevista por parte do entrevistador irá depender não só de um planejamento detalhado, mas também de alguns fatores a saber:

-  – conhecimento do local onde a entrevista será realizada;
- adequação do vocabulário ao entrevistado;
- conhecimento profundo dos assuntos a serem tratados;
- utilização adequada dos dados que dispõe sobre o entrevistado.

Ao entrevistar elaborar corretamente as perguntas:

- iniciar com assuntos agradáveis;
- perguntas de respostas certas;
- facilmente compreensível;
- evitar ambigüidade;
- uma pergunta de cada vez;
- do simples ao complexo;

- evitar sim ou não;
- não induzir.

O registro adequado de uma entrevista permite a verificação e a análise; é um registro permanente, e caso esteja gravando sigilosamente, para não despertar suspeita, o entrevistador deve realizar algumas anotações ostensivas.

✱ 5.5.7 - Observação, Memorização e Descrição

✱ É o ato pelo qual o agente examina minuciosa e atentamente as pessoas e o ambiente que o cercam através da máxima utilização dos sentidos.

Observar é olhar com atenção. Observar operacionalmente implica não só em prestar atenção, mas, sim, em utilizar todos os sentidos, visando captar o maior número de estímulos possível e, concomitantemente, eliminar os fatores que possam interferir durante uma observação.

Dos estímulos captados, 85% são através da visão, 13% através da audição e os 02% encontram-se distribuídos entre o olfato e o tato.

Elementos psicológicos da observação:

✱ **Atenção** - Processo psicológico que faz com que se note a presença ou a existência de um fato.

✱ **Percepção** - Capacidade de entender, de compreender o fato para o qual a atenção foi atraída ou despertada.

✱ **Impressão** - Capacidade de imprimir no cérebro o fato percebido, podendo, posteriormente, traduzi-lo por palavras.

✱ **Memorização** - É o conjunto de ações e reações voluntárias e metódicas que tem a finalidade de auxiliar a memória na lembrança dos fatos.

5.5.8 - Retrato Falado

É a representação de uma pessoa através da ação de um desenhista, da utilização de artifícios técnicos, ou da combinação de ambos, segundo a descrição de seus aspectos físicos gerais, específicos e de seus caracteres distintivos.

5.5.9 - Fotografia

É a gravação de imagens em emulsão fotossensível através de equipamento adequado de camuflagem ou não, usado nas ações de busca.

5.5.10 - Disfarce

É a técnica de modificar os traços fisionômicos de uma pessoa, ou mesmo sua aparência física, com a finalidade de dificultar sua identificação.

5.5.11 - Comunicação Sigilosa

São as transmissões realizadas no decorrer das ações de busca, segundo planos preestabelecidos.

5.5.12 - Documentoscopia

É o exame pericial de documentos com o objetivo de aferir a autenticidade, determinar a autoria ou constatar adulterações.

5.5.13 - Datiloscopia

É um processo de identificação baseado nas impressões digitais

5.5.14 - Entrada

É a técnica utilizada nas ações de busca que permite obter dados protegidos por mecanismos de fechamento, sem deixar vestígios.

5.5.15 - Eletrônica

É a obtenção de dados e/ou observação de um alvo, através da utilização de equipamentos eletrônicos.

5.5.16 - Cobertura Postal

É a técnica empregada na busca, que visa ^{ao} controle da correspondência.

5.6 - SERVIÇO DE INTELIGÊNCIA NA PMGO

O serviço de inteligência da Polícia Militar do Estado de Goiás (PM/2), especificamente, ao longo de sua existência, tem sido estigmatizado por grande parte dos componentes da Corporação devido à atividade desenvolvida por esta seção.

O trabalho desenvolvido está, em grande parte, voltado tão-somente para apuração de faltas cometidas por componentes da instituição, o que, em decorrência disto, dado ao corporativismo, criou um sério desgaste tanto para a atividade como para os profissionais que nela realizam seus trabalhos, sendo estes alcunhados de “fuxiqueiros” ou “fofoqueiros”.

Acreditamos que, talvez devido à falta de divulgação da organização, quando do levantamento de atos que desabonavam a imagem de determinados componentes da instituição, o restante da organização via tais procedimentos como perseguições e não como uma seção que policiava a boa conduta de seus membros, conduta esta que é exigida pela sociedade e cobrada nos regulamentos disciplinares.

Gostaríamos que todo esse estigma fosse disseminado da tropa de nossa organização, levando-se em consideração que a diversificação da atividade criminosa, hoje, faz com que muitos marginais transitem - em diferentes momentos e ações - pelo campo de atuação específico. O chamado crime organizado é uma demonstração dessa afirmativa.

Para fazer frente à evolução organizacional das atividades ilícitas propomos a união do serviço de Inteligência com o serviço operacional num ente sistêmico, ^{em que} onde os participantes efetivamente se

comuniquem e ajam de forma entrosada, com vista^s a alcançar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio.

Para isto tentamos idealizar um serviço de Inteligência que, dentro dos conceitos desenvolvidos nos capítulos 2 e 3 do presente trabalho, possa produzir dados suficientes para colaborar com o serviço operacional em um emprego eficiente e ordenado nesta tropa.

5.6.1 - Sugestões para Apoio da Atividade de Inteligência ao Serviço Operacional

Queremos, dentro deste item, propor ao serviço de Inteligência, que, através dos conceitos desenvolvidos no presente trabalho, sejam levantados dados suficientes para municiar a atividade operacional em seu emprego, para, com isto, propiciar mais agilidade, permitindo uma intercomunicação instantânea e segura desses dados entre os grandes comandos CPM e CPI, objetivando uma redução rápida e eficiente do crime em todo o Estado.

- Melhor integração entre a comunidade de Inteligência, seja de outros órgãos afins, seja entre as co-irmãs. Dentro da própria instituição, um melhor relacionamento entre as seções das unidades operacionais, observando principalmente o gerenciamento da 2º Seção do Estado Maior, possibilitando, inclusive, o intercâmbio das mais diversas ocorrências policiais, com uma resposta imediata de caráter administrativo ou operacional:

- provimento de um banco de dados criminais que possibilite a realização de uma eficiente estatística criminal, nos mais diversos pontos das comunidades locais, para que, com isso, o serviço de policiamento ostensivo seja empregado de uma forma correta e eficiente, tentando assim coibir as mais diversas formas de criminalidade.

COPIA
①

- implementação de um cadastro operacional com técnicas criminais e “modus operandi” de crimes e criminosos especiais.
- ligação imediata com as diversas Varas de Execução Criminais, Ministério Público Federal e Estadual.
- realização de levantamentos de dados que visem ^{ao} o combate ao roubo e furto de veículos, bem como o combate ao narcotráfico e ao crime organizado, ponto de vendas e distribuição de drogas, fatos estes que muito têm preocupado nossa sociedade, e têm atingindo, principalmente, os nossos jovens.

Dentro deste pensamento gostaríamos de destacar alguns aspectos da atividade de Inteligência ^{que}:

- a) é de natureza perene, atuando como um instrumento de assessoria complementar na condução do Processo Decisório da organização;
- b) é regida por práticas e ideais democráticos cultuados pela Nação, não colidindo com os preceitos da Constituição Federal e das leis do País;
- c) contribui com conhecimentos direcionados para auxiliar a autoridade decisória na eventual definição das hipóteses de conflitos políticos e sociais;
- d) atende embora legal, a requisitos de prudência, discrição e controle, em decorrência de suas características e finalidades, que exigem adequado grau de sigilo;
- e) sem propor a definição de objetivos, estabelece políticas, formula planos e apresenta subsídios úteis para a fixação destes;

- f) não se superpõe a outras atividades de assessoria, apenas as complementa;
- g) deve ser regulamentada sem preconceitos nem rancores, deve atuar o mais amplamente possível; deve ser setorizada, sem um órgão predominante, porém atuando coordenadamente, ^{além de} ~~e deve~~ ser fiscalizada pelo setor competente.

5.6.2 - Combate ao Crime com o Emprego do Serviço de Inteligência

② O emprego do serviço de Inteligência, quando usado para o domínio e o poder do equilíbrio, pode gerar segurança, estabilidade e auto-defesa. O serviço de Inteligência quase nunca é divulgado, e pode tornar-se uma arma poderosa na execução dos vários objetivos, geralmente através de seus “modus operandis”, visam conseguir, de maneira prática, rápida, oportuna e segura, a solução dos diversos problemas a curto, médio e longo prazos.

Nos moldes das Polícias Militares, os serviços de Inteligência destaca-se por informar ao comando as ocorrências nos transcurso das operações, valendo-se muito pouco do caráter preventivo, baseando-se em estatísticas ou num estudo técnico e científico das causas e efeitos dos crimes, ainda mais em se tratando de sua origem, que, como sabemos, em sua maioria são causados pelo desequilíbrio social

Tais serviços se distinguem dos demais pelas suas características investigatórias, funções estas exclusivas das Polícias Civis como é previsto pela Constituição Brasileira.

⑤ Sabemos que hoje nossa sociedade clama por maior segurança, haja vista que a criminalidade cresce assustadoramente. Pensamos que se houver harmonia no trabalho desenvolvido pelo serviço operacional,

juntamente com o Serviço de Inteligência, várias situações podem ser resolvidas, conforme casos apresentados no presente trabalho nos anexos 4

e 5.

CONCLUSÃO

Sabemos que hoje ^{juízo crítico} a Atividade de Informações na Polícia Militar do Estado de Goiás é realizada de maneira empírica, ou seja, é conduzida com muita dedicação, esmero, disciplina e, por que não dizer, com uma verdadeira paixão de quem a realiza; porém, não há um procedimento metodológico na condução do referido assunto.

Verificamos, durante nossa pesquisa, que houve uma mudança considerável de Informação para o que se considera Inteligência. O que caracteriza a Atividade de Inteligência é a possibilidade de agir clandestinamente, para obter um dado negado ou protegido, e não somente a busca. Ela se desdobra em reunião de: “dados não disponíveis, através de meios humanos, fotografia, processamento de sinais eletrônicos e comunicação, envolvendo análise de informes e difusão dos resultados para aqueles que deles necessitam.”²

No mundo moderno, o exercício da atividade de Inteligência pelo governo de um Estado democrático é uma verdade inquestionável. Há, mesmo, consenso mundial segundo o qual a atividade de Inteligência constitui em fator indispensável de assessoria na estrutura administrativa do Estado.

² EMILIO, Luís Antônio Bitencourt: Atividade de Informação e Democracia: entre o mito e mistificação. Coletânea L, ESNI, Brasília/DF, n. 70, ano XII, maio/ago, 1989, 49 -50.

Na área de segurança Pública, as instituições governamentais, especificamente, a Polícia Militar, necessita do conhecimento mais completo possível, o que lhe possibilitará não só executar planos e tomar decisões, como também acompanhar os resultados de sua aplicação, fazendo as correções necessárias. Para isto necessitará, cada vez mais, de conhecimentos, fornecendo dados que auxiliem as decisões dos Grandes Comandos (CPM e CPI) em todos os níveis. Esse objetivo só será conseguido se a Corporação dispuser de uma estrutura organizacional de Inteligência operante e eficiente, que lhe possibilite dispor de conhecimentos indispensáveis e oportunos, não só para a formulação de sua política, como também para o acompanhamento da execução que ela requer.

Pretende-se garantir que sejam protegidas as instituições do Estado, seus interesses essenciais, o bem-estar da população, as liberdades públicas e seus direitos.

É natural admitir-se que a atividade de Inteligência deve operar como um dos componentes de assessoria, tanto na concepção política, quanto, sobretudo, na formulação da estratégia, na medida em que, através de seus meios, possa levantar, identificar e analisar as origens, natureza e intensidade de possíveis óbices, que venham a interferir, em forma e grau variados, na sua aplicação, conformando um quadro que permita a tomada de decisões oportuna, dentro da política concebida e da estratégia do governo.

Ressalta-se que à atividade de Inteligência cabe apenas a busca de dados, sua análise e a produção e a salvaguarda dos conhecimentos, sendo-lhe vedada ações policiais ou repressivas. Embora suas ações sejam legais, a atividade de Inteligência deve atender a requisitos de prudência, discrição e controle, em decorrência, certamente, de suas características e finalidades intrínsecas, que recomendam adequado grau de sigilo. Não há

como desconsiderar a existência de uma atmosfera suspeita e preconcebida contra a atividade de Inteligência, ou seja, válida em sua essência, mas questionável no processo operacional. Infelizmente, o que se tem é que seus sucessos não são proclamados, ao passo que seus desacertos, via de regra, são de domínio público, proporcionando noções distorcidas e julgamentos parciais.

Dentro desta linha de pensamento, gostaríamos de reforçar a idéia de que o trabalho, de mãos dadas entre a atividade operacional e o serviço de Inteligência, em muito contribuiria para o engrandecimento do conceito da organização perante a sociedade que ora clama por mais segurança, visto que a Segurança Pública não vêm sendo tratada com a devida seriedade que merece pelos mais variados segmentos da sociedade.

Segundo Antônio Carlos Dias Lima Morim,³ é hoje aceito que a Organização é mais que uma entidade jurídica, empenhada na produção de bens e serviços, com a finalidade de lucro. Para ele, a transformação cultural é muito intensa. Mudanças radicais no conjunto de percepções e valores que direcionam a existência das pessoas estão acontecendo mais e mais. Com certeza, tais mudanças serão cada vez mais rápidas, e, é claro, percebê-las traz dificuldades, assim como saber avaliar riscos e oportunidades, tamanha é sua complexidade. A segurança das pessoas em uma organização passa a ser a competência em conduzir o processo de mudanças, que, não parece, mas é contínuo, e exige audácia e coragem de se correr riscos, como indivíduo e como equipe.

As mudanças não devem ser aceitas apenas; devem, isto sim, ter seu rumo definido e seus conflitos, carências e excessos encarados como inevitáveis.

³ MORIM, Antônio Carlos Dias Lima. Recursos Humanos: agentes contínuos de mudança IN: - T&D - Treinamento e Desenvolvimento. Dezembro, 1994. Ano 2, n. 24 p. 27-28.

O momento de dificuldades e incertezas chama todos à calma e à reflexão. Como diz BERNADS SHAWW: “Para o pessimista o mundo é árido, triste e superficial, tanto como é rico e interessante para o otimista”. Esperemos que nossa pesquisa sirva de fonte para futuras pesquisas e inferências. De nossa parte, estamos convictos de que nossa missão vem sendo bem cumpridas, contribuindo para que cheguem ao Escalão Superior informações oportunas, precisa^s/e confiáveis para o embasamento das decisões que possam contribuir para a ordem e para o caminho da retidão.

ANEXO 1

MODELO DE INFORME

CLASSIFICAÇÃO SIGILOSA CABEÇALHO DA ORGANIZAÇÃO

INFORME Nº

DATA:

ASSUNTO:

REFERÊNCIA:

ORIGEM:

AVALIAÇÃO:

DIFUSÃO ANTERIOR:

DIFUSÃO:

ANEXOS:

TEXTO:

ANEXO 2

MODELO PEDIDO DE BUSCA

CLASSIFICAÇÃO SIGILOSA CABEÇALHO DA ORGANIZAÇÃO

PEDIDO DE BUSCA Nº

DATA:

ASSUNTO:

REFERÊNCIA:

ORIGEM:

DIFUSÃO ANTERIOR:

DIFUSÃO:

ANEXOS:

I. ELEMENTOS DISPONÍVEIS:

II. NECESSIDADES:

III. INSTRUÇÕES ESPECIAIS (SÓ QUANDO NECESSÁRIO)

ANEXO 3

MODELO ORDEM DE BUSCA

CLASSIFICAÇÃO SIGILOSA CABEÇALHO DA ORGANIZAÇÃO

ORDEM DE BUSCA Nº

DATA:

ASSUNTO:

REFERÊNCIA:

ANEXOS:

I. ELEMENTOS DISPONÍVEIS:

II. MISSÃO:

III. INSTRUÇÕES ESPECIAIS:

ANEXO 4

POLÍCIA LIBERTA FILHA DE EMPRESÁRIO

Rio (AE) - A estudante Paula David Zamboni, de 14 anos, foi libertada na manhã de ontem por três delegados e 26 agentes da Polícia Civil de Minas Gerais, com o apoio de militares do 20º Batalhão da PM do Rio.

Paula foi seqüestrada há 17 dias; em 23 de abril; em Além Paraíba, Minas Gerais, por uma quadrilha formada por pelo menos cinco policiais e ex-policiais militares do Rio, três dos quais foram presos. Agentes da Central de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública investigam a suspeita de que o crime tenha sido planejado por dois cabos e três soldados, dentro do Quartel General da Polícia Militar, no Centro do Rio. Eles descobriram que as negociações estavam sendo feitas a partir de um telefone público, em frente ao Quartel General da PM do Rio, na Rua Evaristo da Veiga.

PRISÃO

Segundo o tenente André Raimundo Rosa, do 20º BPM, que participou da operação, os policiais sabiam que no começo da manhã de

ontem haveria um contato e acabaram prendendo, por volta das 05 horas, o soldado Ailton Teixeira da Costa, lotado na Diretoria Geral de Apoio Logístico (DIGAL), que funciona no QCG da PM. Ailton, há cinco anos na corporação, serviu há um ano e meio no 20º BPM e tinha ficha de antecedentes criminais limpa.

* Grifo nosso.

FONTE: Jornal O POPULAR, 05 de maio de 1995.

ANEXO 5

ESTUDANTE LIVRE APÓS PAGAR DOIS RESGATES

Rio (AJB) - A estudante Juliana Santamarinha Lutterbach, de 13 anos, seqüestrada na porta de sua casa, em Santa Tereza, no dia 18 de abril, foi libertada ontem de madrugada, na Praia de Botafogo, após o pagamento de dois resgates. A quadrilha que capturou Juliana é a mesma que seqüestrou Paula David Zamboni, resgatada na quarta-feira em Nova Iguaçu por policiais da Delegacia Estadual de Operações Especiais de Minas Gerais.

O soldado Paulo César, do Batalhão de Choque I, preso na terça-feira, é o elo de ligação entre os sequestros de Juliana e Paula Zamboni. Ele foi preso por Agentes da Central de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública num bairro da Zona Norte.

“A prisão dele foi fundamental para a libertação, porque o restante da quadrilha ficou acuado”, analisou o advogado da família Lutterbach, José Antônio Fichtner, que participou das negociações.

*Grifo nosso

FONTE: Jornal O POPULAR, 13 de maio de 1995

BIBLIOGRAFIA

- Bases para uma Doutrina Nacional de Informações. ESNI, Brasília /DF, 1973
- BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Subsecretaria de Inteligência **Informação** (nota de aula).
- BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Subsecretaria de Inteligência. **Contra-Informação** (nota de aula).
- Coletânea Revista de Inteligência. ed. Revista Técnico-Cultural da ESNI, Brasília/DF, 1990.
- EMÍLIO, Luís Antônio Bitencourt. **Atividade de Informações e Democracia: entre o mito e a mistificação**. Coletânea 2, ESNI, Brasília/DF, n. 70, ano XII, maio/ago, 1989, p. 43 - 62.
- ESCOBAR, Manuel. **Fundamentos Doutrinários - ESNI**, Brasília/DF, 1986.
- Plano Nacional de Informação - ESNI, Departamento de Ensino, Brasília/DF, 1975, 1987, 4 volume.
- STEPAN, Alfred. **Os Militares: da abertura a uma Nova República**; tradução de Adriana Lopes e Ana Luíza Amendola. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 38 - 75.